



**CONTRATO N° 047 / 2023**

**Dispensa de Licitação**

**Processo nº 19.05.0399.0000001/2022-20 – Diretoria de Administração**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE E A EMPRESA ALFA E OMEGA SERVIÇOS  
TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA.**

O Ministério Público do Estado do Acre, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.034.450/0001-56, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 472 – Bairro: Ipase – Rio Branco – Acre, neste ato representado por seu Promotor de Justiça e Secretário-Geral do MPAC, Glaucio Ney Shiroma Oshiro, brasileiro, delegado pela Portaria PGJ nº 111/2022, portador da Carteira de Identidade nº 78\*\*20 - SSP/MS e inscrito no CPF/MF nº 908.\*\*\*.\*\*\*-04, domiciliado e residente neste Município, doravante denominado contratante, e do outro lado a empresa ALFA E OMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.650.774/0001-06, e Inscrição Estadual nº 07.618.068/001-31, com sede na Q SAAN Quadra 02, Lotes 1130 e 1140, Parte, Zona Industrial – CEP: 70.632-220, Brasília-DF, Tel: (61) 3322-4463, e-mail: alfaomegast@gmail.com, neste ato representada por ÉRICKA R. FERREIRA, brasileira, portadora da CNH nº 023\*\*\*58418 e inscrita no CPF/MF nº 789.\*\*\*.\*\*\*-91, residente e domiciliada em Setor Sudoeste/DF, doravante denominada contratada, pactuam o presente contrato em conformidade com o que dispõe a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

I - Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços terceirizados de forma indireta e contínua, mediante dedicação exclusiva de mão de obra, através dos postos de trabalho de Servente, copeira, garçom e recepcionista, para atender as necessidades do Escritório de Representação e Atuação Institucional dos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima, denominados neste instrumento por órgãos conveniados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência N.º 030/2023, de acordo com as quantidades e especificações constantes na tabela anexa a este contrato e em conformidade com a proposta apresentada, que, com seus anexos, integram este termo, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

I - Dispensou-se a licitação objeto do presente instrumento, consoante ao art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA, DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**I - DOS SERVIÇOS ASSEIO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**



- a. O fiscal do contrato, por meio do preposto, deverá passar todas as instruções quanto as atividades a serem executadas por cada categoria;
- b. Refazer, às suas custas, os serviços reprovados pelo fiscal do contrato pela imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo de todos os materiais necessários;
- c. Zelar para não danificar os pisos/paredes/forros/móveis/etc., tomando todas as precauções necessárias para não riscar e/ou impregná-los com sujeiras, adotando as ações cabíveis para entregar os locais dos serviços em perfeito estado;
- d. Os serviços deverão ser prestados seguindo a rotina abaixo, as quais poderão ser alteradas, durante o decorrer da contratação, para uma melhor eficiência das atividades prestadas:

#### ÁREAS INTERNAS

##### 1. Diariamente, uma vez quando não explicitado:

- a) Lavagem dos banheiros mantendo-os desinfetados e abastecendo-os com papel toalha, papel higiênico e sabonete, sempre que necessário, procedendo a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário, duas vezes ao dia;
- b) Remover com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos e eletrônicos, extintores de incêndio, etc;
- c) Varrer e passar pano úmido nos pisos aplicando produtos adequados para cada tipo de piso;
- d) Limpeza e remoção de manchas nas paredes, divisórias, portas, janelas, metais (torneiras, válvulas, registros, sifões e fechaduras) e espelhos, bem como polimento nas paredes ou pisos que possuem superfície vitrificada;
- e) Esvaziamento e limpeza dos cestos de papéis usados, inclusive dos banheiros e correlatos;
- f) Recolher, repetidas vezes por dia, pequenos detritos encontrados no chão por meio de recipientes próprios;
- g) Lustrar, com produto adequado, todo o mobiliário envernizado;
- h) limpar corrimãos;
- i) Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;
- j) Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- l) Limpar com saneante domissanitário os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia.

##### 2. Semanalmente, uma vez quando não explicitado:

- a) Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- b) Limpar com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;



- c) Limpar com produto neutro, portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético;
- d) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- e) Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- f) Limpar e polir todos os metais, com válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- g) Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- h) Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- i) Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- j) Retirar o pó e resíduos, com pano umedecido, dos quadros em geral;
- l) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal;

3. Mensalmente, duas vezes quando não explicitado:

- a) Limpar os vidros (face interna/externa, sem exposição à risco), aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

4. Mensalmente, uma vez quando não explicitado:

- a) Limpeza de forros, divisórias, paredes e rodapés, com produtos adequados;
- b) Limpeza de todas as luminárias por dentro e por fora;
- c) Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- d) Limpar persianas com produtos adequados;
- e) Remover manchas de paredes;

5. Semestralmente, uma vez quando não explicitado:

- a) Limpar as fachadas envidraçadas e esquadrias externas com exposição a situação de risco, aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

6. Anualmente, uma vez quando não explicitado:

- a) Efetuar a lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;

## II - DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Local do prédio sede dos órgãos conveniados: Território Local Brasília-DF SAFS Quadra2 Q2 Ed. Via Esplanada.

## III - CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



---

1. Quanto às condições gerais

1.1 Os serviços serão regidos pelas seguintes condições:

- a. É expressamente proibido à empresa vencedora alocar empregados, em setores dos órgãos conveniados, para outras atividades que constituam desvio de função das atividades para as quais está sendo contratada.
- b. A prestação dos serviços de que trata este instrumento não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa vencedora e os órgãos conveniados, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- c. Os serviços de limpeza e conservação serão prestados por meio da mensuração do metro quadrado de limpeza e produtividade devidamente registrados na Planilha de Custos e formação de preços.
- d. Todos os casos omissos e contraditórios porventura existentes neste instrumento estarão subordinados à normativa inserta na IN 05/2017, atualizada pela IN 07/2018 SEGES/MPDG.

**IV - DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 1. Após a assinatura do contrato, a empresa deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 30 dias.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

I - O valor estimativo do presente contrato será de R\$ 133.578,18 (cento e trinta e três mil quinhentos e setenta e oito reais e dezoito centavos), conforme Nota de Empenho Nº 2023/380, já incluídos todos os impostos, taxas e demais despesas, tais como entrega, seguro e quaisquer outras que sejam pertinentes, conforme tabela que se encontra em anexo a este contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

I - O pagamento será efetuado em favor da Empresa Contratada mensalmente, depois de cumprida toda a etapa descrita na CLÁUSULA TERCEIRA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, pelo fiscal do contrato. I.1. Além das notas fiscais/faturas, deverá ser observada a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa contratada, mediante apresentação de certidões, que poderão ser verificadas através de sites dos seus respectivos órgãos competentes.

I.2. Será exigido, ainda, a apresentação dos seguintes documentos, pertinentes a obrigações trabalhistas: comprovante de recolhimento e pagamento de INSS e FGTS; cópia dos contracheques dos funcionários; comprovante de adição de saldo ou recebimento de vale transporte; comprovante de depósito em conta salário dos funcionários; comprovante dos materiais fornecidos, cópia das folhas de ponto, outros que posteriormente possam ser exigidos por força de lei ou que o fiscal do contrato julgue necessário.

II. Independentemente do prazo de pagamento mediante apresentação da nota fiscal, a empresa deverá efetuar o pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente.

**CLÁUSULA SEXTA – DO INADIMPLEMENTO**



I - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **contratada** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a atualização monetária será calculada por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = VA x N x I**, onde:

EM = Encargos Moratórios

VA = Valor em Atraso

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a efetivamente realizada

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{i}{100}$$

365

$$I = \frac{6}{100}$$

365

$$I = 0,00016438$$

i = taxa percentual anual no montante de 6% (seis por cento).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A compensação financeira deverá ser cobrada em nota fiscal/fatura após a ocorrência, desde que certificada pela **contratante**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A inadimplência da contratada com referência aos seus encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à contratante, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a contratante.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

I - O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua expedição.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A contratada deverá responder pelos danos causados diretamente a Contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a vigência deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – É vedada a veiculação de publicidade acerca deste contrato por parte da contratada, salvo se houver prévia autorização da contratante.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA DESPESA**

I - Os recursos orçamentários previstos e destinados à cobertura da despesa objeto deste contrato sairão por conta do Programa de Trabalho - 304.001.03.091.2283.2646 – Manutenção e Gestão da Estrutura Operacional do Ministério Público – Elemento de Despesa – 3.3.90.37.00.01.00.00 – Locação de mão-de-obra – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; Fonte – 1701 – Outras transferências de convênios dos Estados.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



I - Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, devendo apresentar ao fiscal do contrato, relação contendo nome, qualificação e salário do pessoal a ser utilizado nos serviços.

II - Responder, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vales-transportes etc.

III - Responder por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

IV - Implantar de forma adequada, a planificação, execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as responsabilidades objeto do presente instrumento.

V - Manter a disciplina nos locais dos serviços e os empregados devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e as normas disciplinares da Administração, acatando todas as orientações do fiscal do contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando, de imediato, os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

VI - Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão de obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços.

VII - Dispor de pessoal com o mesmo nível de qualificação e formação exigido no Termo de Referência e neste Contrato, para as eventuais substituições por motivo de férias, licenças e faltas de qualquer natureza.

VIII - Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelos órgãos conveniados

IX - Assumir, por meio de seus encarregados, todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito; além de cumprir, e fazer cumprir, os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as normas de segurança dos órgãos conveniados.

X - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas do prédio sede dos órgãos conveniados.

XI - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos de qualidade e tecnologia adequadas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes, devendo observar, ainda, a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

XII - Não permitir, sob pena de rescisão do contrato, o uso de produtos altamente tóxicos, segundo a classificação do Ministério da Saúde.

XIII - Atender aos cronogramas estabelecidos pela Administração dos órgãos conveniados, executando, eventualmente, quando para tal for solicitado, serviços outros, que estejam diretamente relacionados com o objeto contratado.



XIV - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos empregados nas instalações da Administração.

XV - Comunicar a Administração, por escrito, preferencialmente por e-mail, qualquer anormalidade de caráter urgente.

XVI - Prestar a Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato.

XVII - Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

XVIII - Responsabiliza-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração contratante.

XIX - Manter seu pessoal uniformizado, e identificá-los através de crachás, com fotografia recente.

XX - O uniforme a ser fornecido pela contratada será detalhado conforme especificações constantes do Termo de Contrato/Referência. A empresa vencedora deverá fornecer todos os equipamentos de segurança (EPIs e EPCs) necessários ao desempenho das atividades que sejam insalubres ou que ofereçam perigo, de acordo com as normas de segurança do trabalho em vigor.

XXI - Providenciar abertura de conta salário para os funcionários para recebimento dos proventos.

XXII - A Contratada deverá, através do encarregado ou preposto, a partir de informação dos funcionários terceirizados, comunicar, ao fiscal do contrato, para a tomada de providência, situações como: vazamento de torneiras; luzes acesas sem necessidade, fora de horário de trabalho; equipamentos elétricos esquecidos ligados; saboneteiras/toalheiros quebrados; tomadas e espelhos soltos; fios desencapados; vidros quebrados; fechaduras quebradas; etc.

XXXIII - A Contratada deverá comunicar imediatamente, por meio expresso, ao fiscal do contrato, caso tome conhecimento, de situações que caracterizem pessoalidade, subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas dos serviços e controle de frequência em relação a seus funcionários, por parte de servidores ou membros dos órgãos conveniados, para as devidas providências.

XXIV - Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Termo de Contrato/Referência.

XXV - Executar serviços, em caráter excepcional, em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento das atividades dos órgãos conveniados. XXVI - Acatar todas as orientações do fiscal do contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização prestando, de imediato, os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.

XXVII - Obedecer ao que for pactuado no Instrumento de Medição de Resultado, conforme estabelecido no Termo de Referência e neste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



- 
- I - Permitir acesso dos empregados da contratada aos locais de execução dos serviços.
- II - Indicar as áreas onde os serviços serão executados, bem como a sua correta forma de execução, prestando as informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados pela Empresa Contratada.
- III - Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto do contrato.
- IV - Solicitar reparação/substituição do objeto do contrato que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- V - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sendo que essa fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da contratada.
- VI - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Instrumento de Medição de Resultados - IMR.
- VII - Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras de serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que os mesmos continuem a serem os mais vantajosos para a Administração.
- VIII - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa vencedora, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelos órgãos conveniados, não devem ser interrompidas.
- IX - Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.
- X - Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução do serviço, quando for o caso, com a indicação do respectivo estado de conservação.
- XI - O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- XII - Notificar a empresa sobre eventuais atrasos na entrega/realização dos produtos/serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Instrumento.
- XIII - Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual.
- XIV - Notificar a contratada para que esta se encarregue de substituir os materiais recebidos, que sejam de incontestável qualidade.
- XV - É vedado ao contratante fazer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.
- XVI - É vedado aos órgãos conveniados, através do fiscal setorial do contrato ou qualquer de seus servidores a satisfação dos requisitos da pessoalidade, subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas dos serviços prestados e controle de frequência
-





em relação a qualquer funcionário da empresa vencedora.

XVII - O fiscal do contrato, ou servidor por este designado, terá a missão de garantir o bom andamento da execução dos serviços, devendo este(s) permanecer (em) no local do trabalho, em tempo integral, caso necessário, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Os mesmos terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao gestor do contrato, e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

I - Os serviços serão acompanhados e fiscalizados de forma adequada, por servidor, preferencialmente, com experiência na área;

II - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I - Em conformidade com os artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 e com o artigo 7.º da Lei Federal nº 10.520/2002, combinado com o Ato PGJ Nº. 074/2022 e sua alteração por meio do Ato PGJ nº 092/2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS IMPEDIMENTOS**

I - É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Contratante, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima, conforme disposto no Ato nº 007/2010 da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre.

II - Não deverão ser disponibilizados para funções de chefia da empresa contratada junto ao Ministério Público do Estado do Acre, prepostos que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

I - A inexecução total ou parcial deste contrato por parte da contratada assegurará à contratante o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93 e suas alterações, bem como nos casos citados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO**

I - Para execução do presente contrato a Contratante e a Contratada deverão observar o disposto na Lei 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.



**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica vedado as partes signatárias deste contrato oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

I - As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente instrumento com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.

II - Para efeitos legais, o Ministério Público do Estado do Acre – MPAC, figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, a Contratada será a Controladora destes.

III - O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à Contratada, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

IV - Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do MPAC, com a responsabilização da Contratada na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste instrumento contratual, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

V - A Contratada deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do MPAC, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item.

VI - A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela Contratada após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:

a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;



b) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.

c) Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

VII - A Contratada cooperará com o MPAC no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral.

VIII - O Encarregado de dados indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pelo MPAC, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

IX - Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável no MPAC para que decida previamente sobre a questão.

X - Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Instrumento e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

I - Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, a contratante providenciará a publicação do extrato deste contrato no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Acre, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

I - O foro do presente contrato será o da Comarca de Rio Branco – Acre, para dirimir e resolver qualquer questão oriunda do presente instrumento. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes por meio de assinatura eletrônica.

Rio Branco – Acre, 16 de março de 2023.

**Glaucio Ney Shiroma Oshiro,**

Promotor de Justiça,

Secretário-Geral do MPAC.

**ÉRICKA R. FERREIRA,**

Alfa e Omega SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA.



## ANEXO DO CONTRATO N° 047/2023

## Dispensa de Licitação

Processo nº 19.05.0399.0000001/2022-20 – Diretoria de Administração

## ANEXO I

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS                                                                                                               | Quantidade | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|----------------------|-------------------|
| 01   | Locação de mão de obra, de apoio administrativo, técnico e operacional a serem prestados para o Ministério Público do Estado do Acre | 6          | 22.263,0300          | 133.578,18        |

## Testemunhas:



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCIO NEY SHIROMA OSHIRO**, **Secretário-Geral**, em 21/03/2023 às 10:01:37, conforme o Ato nº. 8/2021, de 19/03/2021, da Procuradoria-Geral de Justiça.



Documento assinado eletronicamente por **ESTEFANIA DE SOUZA BRANDAO MELO**, **Assessor Administrativo**, em 28/03/2023 às 11:02:36, conforme o Ato nº. 8/2021, de 19/03/2021, da Procuradoria-Geral de Justiça.



Documento assinado eletronicamente por **BARTIRA RAIMUNDA COSTA FERNANDES**, **Analista**, em 28/03/2023 às 10:08:45, conforme o Ato nº. 8/2021, de 19/03/2021, da Procuradoria-Geral de Justiça.



Documento assinado eletronicamente por **ÉRICKA R. FERREIRA**, em 28/03/2023 às 09:09:15, conforme o Ato nº. 8/2021, de 19/03/2021, da Procuradoria-Geral de Justiça.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.mpac.mp.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela GV4E.73AY.KGW8.YSBO